

## Plano Territorial Saudável e Sustentável na Terra Indígena Araçá - RR

GADIEL IRAY WAI WAI

*Acadêmico do Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran  
Universidade Federal de Roraima, Campus Paricarana*

RICARDA PATRÍCIA CAVALCANTE DE SOUZA

*Acadêmica do Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran  
Universidade Federal de Roraima, Campus Paricarana*

CLEBERSON ELLER LOOSE

*Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Lotado no curso de Ciências Contábeis do Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles de  
Cacoal-RO*

ELISEU ADILSON SANDRI

*Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Roraima – UFRR –  
Campus Paricarana*

*Lotado no Instituto Insikiran, curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena*

### Resumo

*Roraima é um dos estados brasileiros com maior quantidade de indígenas, os quais estão distribuídos em diversas etnias. Uma dessas etnias é a Macuxi da Terra Indígena Araçá, objeto deste estudo, localizada no município de Amajari, que está composta pela Comunidade Três Corações, Comunidade Mangueira, Comunidade Mutamba, Comunidade Araçá e Comunidade Guariba. Na Terra Indígena Araçá, vivem indígenas das etnias: Macuxi, Wapixana e Taurepang, bem como não indígenas provenientes de várias regiões brasileiras que estabelecem relações matrimoniais com os indígenas. O objetivo geral deste estudo é de desenvolver um plano territorial saudável e sustentável na terra indígena Araçá em Roraima, tomando por base a Terra Indígena Araçá e as cinco comunidades que a constituem seu território. O estudo resultou na criação de um Plano Territorial Indígena Saudável e Sustentável que poderá influenciar diretamente na redução de desigualdades socioeconômicas, mantendo o respeito às especificidades e na busca contínua da melhoria da qualidade de vida desses povos.*

**Palavras-chave:** Terra Indígena Araçá; Plano Territorial; Sustentabilidade; Roraima.

## 1. INTRODUÇÃO

Os territórios saudáveis e sustentáveis compreendem espaços onde a vida saudável é viabilizada, com ações comunitárias e políticas públicas que interagem e se materializam em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais. Sua análise implica uma coleta sistemática de dados que informarão as situações problemas do território, suas inter-relações, populações expostas e as prioridades de intervenções (MAGALHÃES, 2020).

Em uma sociedade política os indivíduos se articulam por meio de relações reguladas e possui princípios mínimos de organização. Essa organização só se viabiliza quando existe um poder habilitado a coordenar todos aqueles que se encontram em um determinado espaço. Por isso, quando se analisam os coletivos humanos ao longo da história, só se destaca a noção de território a partir das primeiras sociedades políticas (GONDIM, 2020).

Para Monken (2019), o processo de territorialização pode ser entendido como um movimento historicamente determinado pela expansão do modo de produção e seus aspectos culturais. Dessa forma, caracteriza-se como um dos produtos socioespaciais das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura, que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço.

No Brasil, os povos indígenas estão expostos aos impactos do Estado Brasileiro que, de forma esporádica, vem adotando políticas que contemplem a diversidade cultural. Nesse sentido, estudos pontuais realizados em comunidades indígenas revelam a fragilidade frente às consequências da destruição de seus territórios, mas também do fortalecimento em decorrência das organizações que passaram a existir e dos processos de lutas em que estão inseridos. Portanto, entender como os povos indígenas se relacionam com o território e a natureza é fundamental para sua sobrevivência e continuidade cultural (ROCHA, 2018).

Os povos da terra indígena Araçá em Roraima, vem procurando manter viva sua cultura e tradições repassadas de geração em geração, assim como, sua organização social e política. Na configuração política desta cultura, a autoridade central é desempenhada pelo Tuxaua, na qual possui papéis importantes no campo de intermediações políticas em defesa dos direitos que são assegurados pela Constituição (SANTOS, 2014).

A Terra Indígena Araçá está localizada na região de campos, com predominância da vegetação de savanas ou “lavrado”, como é chamada regionalmente. Essa área tem características bem marcantes, com revestimento de gramíneas, ciperáceas e árvores espaças, como o murici, o caimbé, a paricarana. Além dessa vegetação, a região é entrecortada por buritizais, que acompanham os igarapés e pequenos trechos de matas

chamadas de “ilhas”, que servem de nicho ecológico para a reprodução de vários animais (ANDRADE, 2010).

Dessa forma, a problemática estudada busca tratar da concepção de territorialidade dos indígenas na Terra Araçá, e investigar quais são as continuidades e transformações existentes nas coletividades desses povos.

Na tentativa de contemplar a problemática proposta, a hipótese levantada é de que os indígenas das etnias existentes, na Terra Indígena Araçá, embora apresentem transformações culturais devido às relações de contato com as outras etnias e sociedades envolvidas, mantiveram significativos elementos da cultura (SANTOS, 2015).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Terras Indígenas de Roraima**

Das 32 Terras Indígenas de Roraima, 28 se encontram na região de savanas ou lavrado, como regionalmente é conhecida a vegetação. No território brasileiro, a área tradicional de ocupação indígena é especialmente Macuxi, atualmente, encontra-se dividida em três grandes blocos territoriais: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e Terra Indígena São Marcos, ambas com maior concentração populacional, e um terceiro bloco com várias outras terras indígenas de menor densidade populacional, localizadas no extremo noroeste do território, nos vales dos rios Uraricoera, Amajari e Cauamé (BARBOSA, 2019).

Tratando-se da Terra Indígena Araçá, esta localiza-se a nordeste do Estado de Roraima, no município de Amajari, entre as coordenadas 03° 31'06" 57" 52" W; 03° 44'12" N e 61° 15' 20" W. Apresenta uma área de 50.018 hectares em plena savana ou “lavrado”, como é conhecida regionalmente. Fica a, aproximadamente, 110 Km da capital Boa Vista, sendo que o acesso se dá pela BR 174 e RR 203. Caracteriza-se pela predominância de cobertura vegetal herbácea, podendo também ser encontradas pequenas faixas de florestas (ilhas), matas de galeria e fileiras de buritizais que circundam os cursos d'água (BARBOSA, 2019).

A etnia Macuxi, que vive no Estado de Roraima, juntamente com a etnia Wapixana, compõem comunidades indígenas da Mesorregião Norte. O povo Macuxi são caçadores e agricultores de filiação linguística Caribe, e seu território abrange duas áreas ecologicamente diversas: os campos ou lavrados ao Sul, e ao Norte predominam as serras com uma cobertura vegetal de floresta”. Os termos campos, savanas ou lavrados apresentam o mesmo significado e são utilizados regionalmente para classificar ou designar as paisagens naturais de Roraima. Por parecer fisionomicamente com o Cerrado brasileiro, poderia fazer parte desse Bioma, mas, por questões fitogeográficas, toda a região compreende o Bioma Amazônico (OLIVEIRA, 2016).

Ainda, referindo-se da Terra Indígena Araçá, criar e controlar o espaço são permeados por elementos da tradição, cujas normas são aquelas estabelecidas pelo poder dos grupos sobre o espaço que habitam, ou seja, para os indígenas a terra não tem um caráter exclusivamente econômico (PEREZ, 2014).

Novamente, em afirmações de Perez (2014), o mesmo enfatiza que o território representa algo bem maior, o que é incompreensível para o pensamento do não indígena. O sentimento que esses povos têm pela terra está bem caracterizado em algumas características marcantes de sobrevivência, uma vez que boa parte das famílias buscam seu sustento trabalhando na roça, plantando batata, cana, banana, macaxeira, abobora e outros.

A vegetação do lavrado roraimense se caracteriza pela presença de gramíneas e com poucas espécies arbóreas (Figura 1). Nesse espaço, encontra-se também a ocorrência de outros tipos de formação vegetal, “como matas de galeria ou buritizais ao longo de cursos d’água e ilhas de floresta de tamanho variável” (BARBOSA, 2019).

**Figura 1 - Vegetação da maior parte da Terra Indígena Araçá - Roraima**



Fonte: Bortolon, 2014.

O solo no lavrado é bastante ácido, devido à elevada concentração de alumínio, ocorrendo assim a saturação do mesmo. Já nas ilhas de mata, o solo apresenta um maior teor de nutrientes e matéria orgânica. É nessa área que os indígenas da Terra Indígena Araçá fazem suas roças, utilizando-se do corte e da queima e retiram madeira para a cobertura de suas casas (LISBOA, 2018).

## **2.2 Terra Indígena Araçá**

A Terra Indígena Araçá é banhada pelos rios Amajari e Cauaruaua, além dos Igarapés Paraíso, Beiju e Cauarani como divisores naturais da propriedade. A população da Terra Indígena Araçá está distribuída em cinco comunidades: Comunidade Araçá, Comunidade Guariba, Comunidade Mangueira,

Comunidade Mutamba e Comunidade Três Corações, conforme distribuição no Etnomapa apresentado na Figura 5 deste estudo. De acordo com o censo de 2010 do IBGE, a população totaliza 1.512 habitantes e pertence às etnias Macuxi, Wapixana, Taurepang e Saporá.

A demarcação da Terra Indígena Araçá foi homologada em 1982, pelo Decreto n.º 869334, publicado em 18 de janeiro de 1982. Nesse período, a localidade de Amajari, ainda não era emancipada como município; portanto, a área ainda fazia parte do município de Boa Vista (ISA, 2018).

Em relação ao padrão construtivo das casas que, tradicionalmente, eram construídas com a utilização de palha, madeira e barro (Figura 2) infelizmente, já cedeu lugar ao tijolo e à telha de cimento, pois a madeira e a palha do buriti não mais existem em quantidade suficiente.

**Figura 2 - Casa no padrão tradicional da Comunidade Indígena Araçá - Roraima**



Fonte: Bortolon, 2014.

Um aspecto marcante da Terra Indígena Araçá, trata-se da rica biodiversidade que se caracteriza por uma paisagem de vegetação nativa associada a uma agricultura de subsistência com desenvolvimento de algumas espécies como a mandioca, feijão, milho, bananas, macaxeira, batata doce e jerimum, principal fonte de alimento desta população. As atividades produtivas e desenvolvidas atualmente no interior da Terra Indígena Araçá ainda se mantêm na tradicionalidade e não chegam a ser suficientes, sendo necessária a compra de outros produtos, principalmente da sexta básica nas cidades vizinhas (OLIVEIRA, 2016).

As principais causas são o aumento da população, a falta de infraestrutura, ausência de áreas propícias para agricultura, ou por falta de apoio e orientação técnica. No entanto, os Macuxi ainda praticam a caça, a pesca, a coleta de frutos, o artesanato (bem pouco), a agricultura de corte e queima da pecuária extensiva e a exploração florestal (PÁDUA, 2018).

Ainda, Pádua (2018) afirma em seus estudos que a confecção de artesanato é incipiente. Existe um pequeno número de famílias que ainda

lidam com artesanato para ajudar no seu sustento. Os objetos feitos são: jamaxi, mochila que serve para o transporte de animais provenientes da caça e dos produtos das roças; a peneira e tipitis, instrumentos utilizados na fabricação de farinha; e a darruana, tipo de bolsa para carregar peixe. O material utilizado na fabricação desse artesanato é proveniente da natureza. O outro recurso florestal que também vem se exaurindo devido ao uso extensivo é o buritizeiro (Figura 3). Trata-se de uma palmeira típica do lavrado roraimense e muito usada culturalmente pelas populações indígenas dessa região. Do buriti quase tudo se aproveita, mas o maior consumo dessa palmeira são as folhas (palhas) utilizadas na cobertura das casas tradicionais e na confecção de diferentes objetos do artesanato indígena.

**Figura 3 - Objetos de palha de buriti da Terra Indígena Araçá - Roraima**



Fonte: FUNAI, 2014.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, a Comunidade Três Corações sustenta-se com base em programas sociais de governo (Bolsa Família e Vale Alimentação), funcionários assalariados (empregados no serviço público), aposentados, pequenos comerciantes e uma pequena parte da agricultura de subsistência (BRASIL, 2012).

Durante a pesquisa bibliográfica, constatou-se que os recursos financeiros advindos dos programas sociais, bem como do trabalho assalariado podem influenciar na economia da Comunidade, principalmente no sentido de desestimular a produção tradicional de alimentos, pois o número de famílias que desenvolvem atividades de roça está bastante reduzida. Além disso, esses recursos se concentram nas mãos de uma minoria, o que pode, no futuro, provocar alterações na organização social da Comunidade (BRASIL, 2012).

De acordo com Matos (2017), a atividade que possibilita uma melhor fonte de renda à comunidade é o cultivo da mandioca macaxeira e seus derivados (farinha, beiju e goma), mas também são comercializadas algumas frutas, como o limão, a melancia e banana. A comercialização ocorre com dinheiro ou à base de trocas entre as pessoas que vivem na comunidade, com as pessoas das outras comunidades que compõem a Terra Indígena Araçá e também com os atravessadores.

Quanto à criação de animais, a comunidade pratica a pecuária extensiva, com criação de pequenos lotes de gado, destinados tanto para consumo particular como para a comunidade. Vale salientar que os indígenas Macuxi e, da mesma forma, os indígenas da etnia Wapixana se deram muito bem como vaqueiros, aprendizado que foi adquirido ao longo do tempo trabalhando para os fazendeiros. Além do gado, há criação em pequena escala de porcos, galinhas e patos, os quais ajudam na alimentação, porém, essa atividade pode comprometer a atividade agrícola com a invasão desses animais nas roças (LISBOA, 2018).

Em função disso, os conflitos que, no passado, aconteciam com os fazendeiros, quando ocorreu a demarcação em “ilhas”, hoje se tornaram um conflito interno, causando problemas nas relações sociais da comunidade. Também faz parte na alimentação o consumo de frutas (manga, banana, caju, melancia), caça e peixe em menor quantidade, por causa da restrição territorial em função da demarcação e aumento da população indígena (FUNAI, 2014).

## **2.2 Território e Saúde**

A concepção mais comum de território é a de um espaço geográfico delimitado por divisões administrativas, que hoje dão origem a bairros, cidades, estados e países. Ao visualizar os mapas adiante, que ilustram a organização do território brasileiro desde o Período Colonial, observamos as modificações que essa delimitação sofreu ao longo do tempo, fruto de disputas de poder e posse das terras (ISA, 2015).

O território, portanto, não se restringe às fronteiras entre diferentes estados ou países, mas é caracterizado pela ideia de posse, domínio e poder, correspondendo ao espaço geográfico socializado, independentemente da extensão territorial (CASTRO, 2015).

A ocupação de um território traz modificações de toda ordem. Continuando com o exemplo do Brasil, sabemos que é um país de extensão territorial ampla, que foi sendo ocupado ao longo do tempo, de modo desigual, por pessoas organizadas social e culturalmente das mais diversas formas: índios, bandeirantes, jesuítas, negros e imigrantes (ISA, 2015).

Por essa diversidade, as transformações que ocorreram no território não foram harmoniosas, e ainda hoje está assim. No mesmo espaço territorial, existem diferentes atores sociais, com diferentes interesses e forças, por isso o território acaba sendo o resultado dessas transformações, muitas vezes conflituosas (ISA, 2018). As transformações afetam a todos, mas não são feitas por todos e para todos. Existem mudanças que beneficiam um grupo de pessoas, mas prejudicam outras.

Em todos os territórios, as pessoas vivem de maneira diferente e em condições diversas. Por exemplo, as áreas rurais apresentam aspectos

completamente distintos das áreas urbanas, assim como em um município totalmente urbanizado encontram-se áreas completamente diferentes em termos de infraestrutura, saneamento, transporte etc. As famílias de maior renda localizam-se nas melhores áreas, restando aos de menor renda os lugares de piores condições para a urbanização (CASTRO, 2015).

A segregação tem diversas consequências, dentre as quais se destacam duas. A primeira, a desigualdade em si. As camadas mais pobres da população, com menos recursos, são justamente as que gastam mais com transporte diário, têm mais problemas de saúde pela falta de infraestrutura, têm acesso a escolas de menor qualidade e assim por diante (OLIVEIRA, 2015).

A segunda consequência é o enfraquecimento das relações sociais, pois cada segmento luta por melhorias no seu próprio espaço, e as melhorias necessárias nos espaços com piores condições de infraestrutura são muito maiores, demandam muito mais investimento, sendo, portanto, mais difíceis de serem alcançadas (SILVA, 2020).

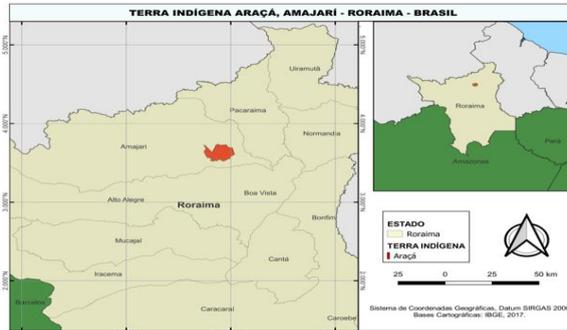
Cada território tem as suas particularidades, que configuram diferentes perfis demográficos, epidemiológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos, os quais se encontram em constante transformação (OLIVEIRA, 2015). Assim, a atuação das equipes de saúde sobre esse território tem de considerar esses perfis. Os profissionais de saúde que atuam na Atenção Básica devem se apropriar dessas características, precisam dialogar com os atores, para que tenham poder de atuação sobre a realidade onde atuam e à qual também pertencem (SESAI, 2021).

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Área de Estudo**

A Terra Indígena Araçá localiza-se ao norte do estado de Roraima, no município de Amajari (Figura 5), entre as coordenadas geográficas 03°43'33"N e 61°14'58" WGr; e faz parte de um grupo de 08 (oito) terras demarcadas e homologadas no município de Amajari, ficando a 100 km da capital do estado de Roraima, Boa Vista. Faz limite com a BR-174 ao Leste, que dá livre acesso ao município de Pacaraima e à República Bolivariana da Venezuela. A RR-203 é via de acesso à sede do município de Amajari, à Vila Maracá e Tepequém, além de fazendas de grande e pequeno porte.

**Figura 5 – Localização da Terra Indígena Araçá – Roraima**



Fonte: Snaider (2022).

Quanto à origem da Comunidade Araçá, ainda é incerta quando se refere à data. Então, não se sabe quando os povos Taurepang, Wapichana e Makuxi que ali chegaram. O certo é que eles já habitavam como moradores desta terra quando ela foi reconhecida e homologada em 1982. Desde que surgiram, sempre conviveram em harmonia, facilitando assim um diálogo entre todas elas (SANTILLI, 2009).

A Terra Indígena (TI) Araçá é banhada pelos rios Amajari e Cauaruaua, além dos Igarapés Paraíso, Beiju e Cauarani, como divisores naturais da propriedade. Fazem parte deste território 05 (cinco) Comunidades Indígenas: Três Corações, Comunidade Araçá, Comunidade Guariba, Comunidade Mangueira e Comunidade Mutamba (SANTILLI, 2009).

Como técnica de pesquisa para coleta de informações, principalmente na construção da caracterização e do diagnóstico regional, recorreu-se a dados secundários como pesquisas bibliográfica e documental em diversas fontes de informações, como livros, teses, dissertações, artigos, relatórios, legislações, entre outras produções, para que os assuntos tratados fossem abordados no contexto de territorialização indígena e que está em andamento.

Estudou-se os aspectos prioritários para a ocorrência do desenvolvimento regional, tendo como elementos norteadores as diretrizes e orientações da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), observando os setores propulsores do desenvolvimento do país, organizados em para esse estudo, quatro eixos: econômico, infraestrutura, ambiental e social. Juntamente a isso e para melhor qualificar o plano, os pressupostos desta agenda foram referendados em uma clara demonstração de alinhamento com a política nacional e as estratégias globais para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2021).

Para isso, cada um dos eixos setoriais prioritários, inclusive seus programas estratégicos vinculados, serão analisados individualmente e alinhados com os objetivos de desenvolvimento correspondentes.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Sustentabilidade nas Terras Indígenas**

A necessidade de preservação do meio ambiente e do uso sustentável dos recursos naturais é um tema de crescente consolidação científica, além de nas últimas décadas ter ganhado força nas mais relevantes discussões sociais. É nesse sentido, que surge a adoção de práticas sustentáveis tanto em meio social e ambiental como organizacional.

Sustentabilidade é a capacidade do ser humano adaptar-se as mudanças endógenas e exógenas por tempo indeterminado. Tomamos mudanças endógenas como aquelas que se originam no interior, mas por influências exteriores. E exógenas são mudanças devido causas exteriores. As mudanças que buscamos são aquelas em que os sujeitos tenham atitudes críticas e reflexivas sobre a preservação do meio ambiente local, assegurando a preservação global (FREITAS (2019).

A sustentabilidade é desenvolvida de forma natural pelos povos da terra indígena Araçá. Eles compreendem que a preservação do meio ambiente é necessária para própria sobrevivência, pois consideram-se parte do meio ambiente. Eles retiram o estritamente necessário à sua sobrevivência. Portanto, se degradarem o meio ambiente, destruirá a eles próprios. Os povos indígenas têm saberes sobre o meio ambiente, em relação à floresta, a fauna e a flora que, passados pelos anciãos, fazem parte de uma cultura de preservação da biodiversidade (FREITAS, 2019).

Ainda convém lembrar que, com a finalidade de contribuir com a defesa dos direitos, deveres e fortalecer a autonomia dos povos indígenas, respeitar e proteger judicial e extrajudicialmente os interesses indígenas, bem como o meio ambiente, a propriedade intelectual indígena, o patrimônio artístico, estético, histórico, paisagístico, e cultural, surge o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que nasceu para apoiar a autonomia cultural econômica e social dos povos indígenas, além de promover a valorização das tradições culturais desses povos, entre outros (FRANK, 2016).

Para Pedreira (2013), o território se constitui pela articulação individual e coletiva e o espaço que é revestido de valores socioculturais. Conseqüentemente, esse território deve ser preservado e garantido sua sustentabilidade. Os materiais utilizados pelos indígenas e as formas que compõem sua arquitetura permitem maior conforto aos moradores e contribuem para que essa construção tenha um melhor desempenho no que

diz respeito à qualidade estrutural construtiva, possibilitando estabilidade e durabilidade e o convívio coletivo.

#### **4.2 Caracterização de Diretrizes Estratégicas para o Território Saudável e Sustentável**

A promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável para a Amazônia perpassa pela redução das desigualdades intra e inter-regionais, cujos reflexos recaem na melhoria dos indicadores sociais e econômicos e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população. Mesmo sendo contemplada pela sua imensa riqueza natural, a Amazônia é também caracterizada por apresentar baixos indicadores de desenvolvimento humano (LIMA, 2013).

As diretrizes estratégicas para a terra indígena Araçá apontam as condicionantes que devem ser observadas quando da elaboração das políticas para a região, visando alcançar os objetivos do Plano territorial saudável e sustentável. Tais diretrizes devem estar alinhadas com propostas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento local e regional (LIMA, 2013).

As diretrizes elencadas neste estudo estão divididas em quatro eixos: socioeconômico, de infraestrutura, ambiental e social, e apontam as principais estratégias que devem ser seguidas, por ocasião da elaboração das políticas regionais, a fim de que se alcance o desenvolvimento incluyente saudável e sustentável da terra indígena Araçá em Roraima (FUNASA, 2009).

##### **4.2.1 Eixo Socioeconômico**

Essa diretriz visa o alcance do crescimento socioeconômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental (TEMPESTA, 2016).

Torna-se essencial considerar a promoção e a valorização da biodiversidade da região como elemento indutor do desenvolvimento regional, através da integração e da diversificação da base produtiva, do desenvolvimento da bioindústria, da pesca, da aquicultura e da agricultura familiar, incentivo da agricultura de baixo carbono, dos serviços ambientais e o uso sustentável dos produtos florestais, madeireiros e não madeireiros; o ecoturismo e o turismo de base local (SOUZA, 2017).

Dada a transversalidade e a inter-relação existente entre os eixos, o crescimento socioeconômico deve ocorrer promovendo a redução das desigualdades sociais e a sustentabilidade ambiental na terra indígena Araçá, conforme orienta a Agenda 2030, sendo necessário apoiar, implantar e disseminar o uso de Pesquisa e Desenvolvimento nas atividades produtivas como forma de agregar valor à produção, favorecendo a geração e a internalização da renda e o uso sustentável dos recursos naturais (CARVALHO, 2016).

#### **4.2.2 Eixo Infraestrutura**

Essa diretriz visa o fomento do desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de produtividade sustentada e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração regional na terra indígena Araçá (MACÊDO, 2015).

Em se tratando da Amazônia, a carência de infraestrutura é um dos fatores de maior limitação ao desenvolvimento regional, refletindo em todos os modais - seja em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, o que requer ações integradas do poder público no sentido de equacionar esses entraves (RIBEIRO, 2017).

Essa diretriz requer a ampliação de investimentos em infraestrutura e no melhoramento do desempenho logístico regional, considerando os multimodais de transportes; o aumento da cobertura e da qualidade de serviços de telefonia e de internet; de melhorias e ampliação nos serviços de mobilidade e de bem-estar social (RIBEIRO, 2017).

Importante incentivar, também, a geração e o uso de energias alternativas como forma de substituir os combustíveis fósseis na geração de energia elétrica, além de possibilitar o acesso desses serviços aos povos indígenas que vivem na área de inquérito (MACÊDO, 2015).

#### **4.2.3 Eixo Ambiental**

Essa diretriz visa a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e a transição para uma economia familiar de baixo carbono, com foco na aplicação de tecnologias sociais ambientalmente adequadas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social (OLIVEIRA, 2018).

Para a efetividade da diretriz proposta, deve-se promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com mitigação e adaptação às mudanças climáticas, assegurando a preservação da biodiversidade, a redução do desmatamento e o uso sustentável dos biomas da região (SOARES, 2017).

Outras ações relevantes são: a promoção de um ordenamento territorial através do Zoneamento Ecológico-Econômico, o fortalecimento das unidades de conservação e do melhoramento da gestão dos recursos hídricos. Considerando-se a transversalidade entre o tema e as demais áreas, deve-se promover as oportunidades de produção sustentável com a aporte do uso do conhecimento científico e tecnológico, com foco na valorização e no aproveitamento dos recursos naturais (SOARES, 2017).

#### **4.2.4 Eixo Social**

Essa diretriz visa a promoção do bem-estar, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de

qualidade, por meio da geração de renda e redução das desigualdades sociais na terra indígena Araçá (BURLANDY, 2015).

“O pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF/1988 pelos cidadãos passa pelo acesso a bens e serviços essenciais, os quais são responsáveis por promover bem-estar para todos” (BRASIL, 2018).

Contudo, na Amazônia, a baixa disponibilidade dos serviços essenciais à vida humana favorece a desigualdade social e regional, a exclusão, a pobreza e a incidência de doenças, cujos reflexos aparecem nos baixos indicadores econômicos, sociais e ambientais dessas Região (VIEIRA, 2017).

Para a superação dessa realidade, a educação é um fator imprescindível a ser considerado, ampliando o acesso, a permanência e, principalmente, a qualidade; incentivar à qualificação técnica e profissional; promover a fixação dos povos indígenas em suas comunidades; e o fortalecimento do sistema escolar básico (VIEIRA, 2017).

No âmbito da saúde e saneamento, é necessário sua ampliação e melhor disponibilidade de água potável; promoção do controle das doenças tropicais/DST negligenciadas; redução do déficit nutricional das crianças e jovens e a mortalidade infantil e a promoção da fixação dos profissionais de saúde indígena no território (ABREU, 2016).

Deve-se, também, adotar políticas públicas integradas na área da segurança do território de forma ampla, que visem a redução dos índices de criminalidade e a mortalidade por homicídios, sobretudo da população jovem e negra; adoção de políticas de geração de renda que promovam a redução da população indígena que vive abaixo da linha de pobreza (ABREU, 2016).

## 2.5 Plano Territorial Saudável e Sustentável da Terra Indígena Araçá – Roraima (2022)

PLANO TERRITORIAL SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL	
CULTURA	
1. Festas, línguas, nomes e estética corporal	a) Valorizar os saberes e histórias de seu povo. b) Fortalecer as brincadeiras e músicas indígenas. c) Continuar utilizando a língua materna. d) Continuar utilizando pinturas corporais, corte de cabelo e enfeites corporais. e) Continuar usando a língua materna. h) Realizar o festejo cultural da comunidade anualmente. i) Defender as pinturas corporais e artesanatos como propriedade coletiva dos povos.
2. Artesanato	a) Realizar mutirões para coleta de material que está distante da comunidade para a produção de artesanatos. b) Registrar o conhecimento de especialistas. c) Manter a boa qualidade do artesanato para a venda. d) Organizar lojinha de artesanato na comunidade e/ou próxima dela.
SOBERANIA ALIMENTAR	
1. Alimentação tradicional	a) Organizar as famílias para produzir alimentação tradicional em dia de reunião na comunidade. b) Realizar oficinas com os especialistas em culinária tradicional para ensinar os jovens. c) Criar tabela de dieta tradicional indicando as comidas adequadas para períodos de reclusão, gravidez, menstruação e para as fases da vida (crianças, jovens, adultos, idosos). d) Oferecer para as crianças preferencialmente alimentação tradicional.

Gadiel Iray Wai Wai, Ricarda Patrícia Cavalcante de Souza, Cleberson Eller Loose, Eliseu Adilson Sandri– **Plano Territorial Saudável e Sustentável na Terra Indígena Araçá - RR**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>e) Desenvolver projetos de fortalecimento da alimentação tradicional.</li> <li>f) Promover feira de "trocas".</li> </ul>
<b>2. Roças, frutas e pomares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Fazer levantamento da diversidade de cultivos existentes nas roças.</li> <li>b) Fazer banco de sementes e mudas.</li> <li>c) Pensar em estratégias para proteger e acessar terras férteis que estão distantes.</li> <li>d) Pensar em estratégias para evitar que os animais comam os produtos da roça.</li> <li>e) Pensar em estratégias para enfrentar o prejuízo na roça causado pela mudança no tempo da chuva.</li> <li>f) Cultivar plantas exóticas que podem melhorar a alimentação indígena sem prejudicar suas práticas tradicionais, como frutas, verduras e legumes.</li> <li>g) Mapear e proteger as áreas ricas em frutas nativas, evitando usar técnicas de coleta que derrubem as árvores.</li> <li>h) Realizar feira de troca de sementes entre os povos e intercâmbios com povos de outras comunidades e regiões.</li> </ul>
<b>3. Criação e manejo de animais e peixes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Mapear e proteger áreas de desova de peixes e de reprodução de animais de caça e de tracajá.</li> <li>b) Proibir convidados de caçar e pescar no território para levar para a cidade.</li> <li>c) Plantar frutas que atraem aves e macacos para perto das comunidades.</li> <li>d) Evitar uso de redes de pesca.</li> <li>e) Continuar batendo timbó, mas com cuidado, não indo sempre no mesmo lugar, ficando na lagoa até acabar o peixe e liberando a barragem quando terminar.</li> <li>f) Criar galinha caipira.</li> <li>g) Aproveitar pastos abandonados para criar gado junto com buritizeiros, patoá, mangas, caju e ou outras frutas nativas.</li> <li>e) Manter parcerias com Organizações Indígenas.</li> </ul>
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<b>1. Infraestrutura das escolas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Respeitar os padrões arquitetônicos indígenas de cada povo quando for construir escolas.</li> <li>b) Fazer parceria com as associações para garantir o transporte de material escolar e merenda.</li> <li>c) Construir escolas com sala de secretária, sala de professores, sala de aula, sala de diretoria, sala de coordenador pedagógico, laboratório de informática, sala de biblioteca, alojamento para estudante, cozinha e refeitório, depósito, banheiros e videoteca.</li> <li>d) Cercar as escolas onde for necessário.</li> <li>e) Implantar ensino médio em todas as regiões do Território.</li> <li>f) Implantar Ensino para Jovens e Adultos (EJA) onde ainda não tiver.</li> <li>g) Implantar escola técnica agrícola.</li> <li>h) Implantar ensino médio integrado em diversas áreas do conhecimento.</li> </ul>
<b>2. Recursos humanos da educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Incentivar o ingresso na universidade de indígenas que tem compromisso de retornar para a sua comunidade.</li> <li>b) Ampliar o debate sobre criação de uma universidade indígena.</li> <li>c) Viabilizar o magistério para os professores indígenas e garantir a formação continuada através da implantação de espaços educacionais exclusivamente indígenas.</li> <li>d) Investir na formação de professores para Educação para Jovens e Adultos (EJA).</li> <li>e) Formação para os gestores das escolas e assessores pedagógicos.</li> <li>f) Contratação de faxineira, merendeira, pescador e serviço de apoio.</li> <li>g) Ampliar a equipe de funcionários das escolas anexas.</li> <li>h) Viabilizar contratação ou pagamento de diárias para professores da cultura indígena.</li> <li>i) Apoiar indígenas pesquisadores de sua cultura.</li> <li>j) Formar indígenas tradutores.</li> </ul>
<b>3. Material didático</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Participar das oficinas de elaboração de material didático e cobrar a produção de material na língua materna.</li> <li>b) Estimular o trabalho dos indígenas pesquisadores de sua cultura.</li> <li>c) Produzir material audiovisual com os antigos para utilizar nas escolas.</li> <li>d) Apoiar a produção e publicação de material didático dos povos do Território.</li> <li>e) Desenvolver projetos com professores indígenas para produção e publicação de material didático na língua materna.</li> <li>f) Apoiar a produção de livro e material audiovisual para uso nas escolas.</li> </ul>
<b>4. Alimentação escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Elaborar cardápio de alimentação tradicional considerando a época dos produtos da roça, frutos, peixes e animais para ser adotado pela escola.</li> <li>b) Organizar oficinas de nutrição e culinária tradicional para a comunidade.</li> <li>c) Viabilizar a compra direta de alimentos tradicionais por todas as escolas da região.</li> <li>d) Apoiar a realização de oficinas de nutrição e culinária tradicional.</li> <li>e) Reconhecer o cardápio tradicional nas escolas das comunidades.</li> <li>f) Apoiar a realização de oficinas de nutrição e culinária tradicional.</li> <li>g) Apoiar a produção de livro e material audiovisual para uso nas escolas.</li> </ul>

Gadiel Iray Wai Wai, Ricarda Patrícia Cavalcante de Souza, Cleberson Eller Loose, Eliseu Adilson Sandri- **Plano Territorial Saudável e Sustentável na Terra Indígena Araçá - RR**

<b>5. Controle social da educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Organizar politicamente os profissionais indígenas da Educação, realizando assembleias de professores anuais.</li> <li>b) Lutar pelo fortalecimento do controle social na educação.</li> <li>c) Participar da prestação de contas da escola de sua comunidade.</li> <li>d) Elaborar Projeto Pedagógico de Curso (PPC) específico para os povos indígenas.</li> <li>e) Organizar intercâmbios entre as escolas da terra indígena para trocas de experiências.</li> </ul>
<b>6. Saberes tradicionais na escola</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Respeitar o calendário tradicional de cada povo, como o período de luto, cerimônias, roça e outros momentos importantes da nossa cultura.</li> <li>b) Incentivar a inclusão de atividades tradicionais que podem ser consideradas esportivas na escola.</li> <li>c) Criar grupo de mestres de canto voltados para os jovens.</li> <li>d) Elaborar um modelo de projeto pedagógico que de currículo que inclua temas da cultura indígena, como língua, artesanato, culinária, pintura corporal, festas, ervas medicinais e outros.</li> <li>e) Levar historiadores para a escola.</li> </ul>
<b>TERRITÓRIO</b>	
<b>1. Incêndios florestais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Todas as etnias devem utilizar as técnicas de prevenção e manejo do fogo, além de colaborar com os combates a incêndios florestais.</li> </ul>
<b>2. Exploração de recursos naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Realizar reuniões e campanhas internas para impedir que as comunidades evitem de vender os recursos naturais.</li> <li>b) Os pescadores só podem vender peixe dentro da comunidade para consumo interno</li> <li>c) Proibir a venda de madeira e peixe para fora do Território.</li> </ul>
<b>3. Escassez de recursos naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Reforçar as ações de controle do fogo.</li> <li>b) Manejar os recursos naturais que estão sumindo ou ficando distantes das comunidades.</li> <li>c) Fazer mutirões para buscar material que está distante da comunidade.</li> <li>d) Buscar parcerias com instituições públicas para receber assistência técnica na busca de uma exploração de recursos naturais de forma segura e sustentável.</li> </ul>
<b>4. Lixo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Conscientizar as famílias para cuidar do lixo das comunidades.</li> <li>b) Elaborar projeto de gestão do lixo nas comunidades.</li> <li>c) Buscar parcerias institucionais.</li> </ul>
<b>5. Invasões</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Realizar a vigilância do território junto com as comunidades.</li> <li>b) Ajudar a planejar o trabalho de fiscalização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).</li> <li>c) Criar regras de entrada de não-indígenas no Território e informar a FUNAI e parceiros.</li> </ul>
<b>SAÚDE</b>	
<b>1. Infraestrutura da saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Equipar a UBS com aparelhos de ultrassonografia e raio X.</li> <li>b) Adquirir veículos terrestres e fluviais mais modernos.</li> <li>c) Ampliar e modernizar as instalações da Casa de Saúde do Índio (CASAI), disponibilizando, inclusive, quartos individuais para pacientes especiais.</li> <li>d) Ampliar a oferta de medicamentos nos Polos-Base e na CASAI.</li> <li>e) Viabilizar a oferta de medicamentos que não estão na lista do Ministério da Saúde.</li> <li>f) Reformar ou construir postos de saúde nas comunidades que ainda não foram contempladas.</li> </ul>
<b>2. Recursos humanos da saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Incentivar o ingresso de indígenas na universidade para se formarem como médicos, enfermeiros, gestores em saúde coletiva indígena, dentistas, nutricionistas e outras profissões da saúde.</li> <li>b) Manter quadro de funcionários completo permanente nos Polos e CASAI.</li> <li>c) Formar e contratar técnico indígena para trabalhar com raio X, ultrassom e laboratório.</li> <li>d) Promover formação continuada para os profissionais indígenas da saúde.</li> <li>e) Supervisionar o trabalho do Agente Indígena de Saneamento (AISAN) e Agente Indígena de Saúde (AIS).</li> <li>f) Dispor de funcionários especializados no acompanhamento de idosos e crianças com necessidades especiais.</li> <li>g) Apoiar na formação continuada dos profissionais indígenas da saúde.</li> </ul>
<b>3. Medicina tradicional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Valorizar a medicina tradicional dos povos indígenas da comunidade, cultivando ervas tradicionais nas aldeias e apoiando o trabalho de raizeiros.</li> <li>b) Organizar encontro anual de pajés, parteiras e raizeiros para discutir o fortalecimento da medicina tradicional na maloca.</li> <li>c) Reconhecer formalmente os pajés, raizeiros e parteiras como profissionais da saúde.</li> <li>d) Apoiar as parteiras, fornecendo materiais para o seu trabalho.</li> <li>e) Viabilizar espaços adequados para o trabalho de pajés, raizeiros e parteiras nos prédios da CASAI e do SUS.</li> <li>f) Disponibilizar transporte para o trabalho de pajés, parteiras e raizeiros.</li> </ul>
<b>4. Controle de doenças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Proibir a entrada de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas nas comunidades.</li> <li>b) Elaborar campanhas educativas contra o fumo nas comunidades.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>c) Valorizar a alimentação tradicional como forma de combater a desnutrição infantil.</li> <li>d) Conscientizar os jovens sobre os males do tabagismo e dar o exemplo evitando fumar e beber bebidas alcoólicas.</li> <li>e) Orientar as merendeiras sobre a alimentação adequada de quem está saindo da reclusão e meninas na primeira menstruação.</li> <li>f) Trabalhar a conscientização das comunidades sobre os males do tabagismo e alcoolismo.</li> <li>g) Fiscalizar a entrada de álcool nas comunidades e a venda de bebida alcoólica para indígenas nas cidades.</li> <li>h) Trabalhar a conscientização das comunidades sobre como prevenir DSTs, principalmente os homens.</li> <li>i) A nutricionista da CASAI deve conhecer e respeitar as regras de alimentação dos povos indígenas das comunidades.</li> <li>j) As enfermeiras não podem medicar os pacientes quando estiverem menstruadas.</li> <li>k) Pesquisar as causas da desnutrição infantil.</li> <li>l) Distribuir preservativos.</li> <li>m) Pesquisar a ocorrência de doenças respiratórias nas comunidades.</li> </ul>
<b>INFRAESTRUTURA INTERNA</b>	
<b>1. Transporte, Energia e comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) A construção de estradas dentro das comunidades deve ser feita após conversa entre todas as etnias para decidir o melhor traçado e regras de circulação.</li> <li>b) Respeitar a área das etnias e comunidades que não quiserem estrada.</li> <li>c) Fiscalizar a entrada e saída de pessoas nas estradas que dão acesso às comunidades e colaborar com o ordenamento dessas vias.</li> <li>d) Realizar a manutenção das estradas de dentro das comunidades.</li> <li>e) Ampliar a infraestrutura de comunicação das comunidades indígenas e Polos Base (internet, telefone e rádio).</li> <li>f) Estudar alternativas de transporte e energia dentro das comunidades com redução de gastos e impactos ambientais.</li> </ul>
<b>ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS</b>	
<b>1. Produtos e Serviços da Floresta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Fortalecer a Rede de Sementes da floresta, definindo regras claras para a venda de sementes.</li> <li>b) Estudar o uso das pinturas corporais como produto comercialável, garantindo justa repartição de benefícios.</li> <li>c) Estudar a produção de material audiovisual para comercialização, garantindo justa repartição de benefícios.</li> <li>d) Estudar melhor os “créditos de carbono” e outras formas de pagamento por serviços ambientais.</li> <li>e) Ampliar a apicultura.</li> <li>f) Ampliar o trabalho com a pimenta, óleo de pequi, sal de aguapé, urucum e outros produtos da roça e da floresta com potencial comercial.</li> <li>g) Fortalecer o artesanato como fonte de renda alternativa.</li> </ul>
<b>2. Turismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Mapear áreas que poderão ser utilizadas para o turismo.</li> <li>b) Criar uma agência indígena de turismo na região.</li> <li>c) Cada comunidade que for trabalhar com turismo deve fazer primeiro um planejamento e estudo da atividade para reduzir os impactos.</li> <li>d) As organizações indígenas ficarão responsáveis pela gestão dos recursos do turismo, destinando parte do recurso para a manutenção da maloca.</li> <li>e) O recurso do turismo deve ser utilizado para atender às demandas culturais, proteção do território e necessidades das comunidades.</li> <li>f) Os Tuxauas devem contribuir com a gestão e controle de entrada e saída de turistas.</li> <li>g) Os projetos de turismo devem ser aprovados por toda a comunidade e organizações indígenas atuantes e parceiras.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de PGTIX da Associação das Terras Indígenas do Xingú, 2021.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a produção de conhecimento, a partir desses processos formativos, objetiva promover o protagonismo das comunidades da Terra Indígena Araçá para o desenvolvimento e a implementação de ações para o desenvolvimento local e regional. Entre essas ações destaca-se aquelas vinculadas ao saneamento, ao acesso à água de qualidade, à segurança

alimentar, com base na agroecologia e na educação continuada, e também, promover o uso sustentável dos territórios, compreendendo a saúde como um componente essencial do desenvolvimento sustentável.

Destaca-se que o conceito proposto neste estudo sobre território saudável e sustentável orienta os processos de formação e governança que envolvem instâncias dos movimentos sociais, gestão pública e acadêmica em um permanente acompanhamento e redirecionamento no sentido de efetivar a promoção da saúde e a sustentabilidade nesse território.

Assim, seria possível afirmar que os Territórios Saudáveis e Sustentáveis constituem conceito que é fruto de uma dialética entre mudanças nas relações de produção e da melhoria da qualidade de vida desses povos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. & NUNES, N. L. **Tecendo a tradição e valorizando o conhecimento tradicional na Amazônia: o caso da linha do tucum**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 15-43, jul./dez. 2016.
- ASSOCIAÇÃO de Terras Indígenas do Xingú. **Plano de Gestão Territorial Indígena do Xingú**. Amazonas, 2021.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrosio. **Ocupação Humana em Roraima. I. do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia n. 9 (1), 2019.
- BORTOLON, M. O. B. **Terra Indígena Araçá/Roraima: Continuidades e Transformações Envolvendo Coletividades Macuxi**. Dissertação. Rio Grande do Sul, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995. **Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências**. Diário Oficial da União, retificado em 18 de jan. de 2012.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Dados Populacionais das Aldeias Araçá, Guariba, Mangueira, Mutamba e Três Corações. Roraima, 2009**. GENTIL, Jerônimo Santana. Etnomapa da Comunidade Guariba. Terra Indígena Araçá, 2009.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES)**, Brasília, 2021.
- BURLANDY, L. **A atuação da sociedade civil na construção do Ciência & Saúde Coletiva**. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 63-72, Jan. 2015.
- CARVALHO, T.M.; CARVALHO, C.M.; MORAIS, R.P. **Fisiografia da paisagem e aspectos biogeomorfológicos do lavrado, Roraima, Brasil**. Revista Brasileira de Geomorfologia, Brasília, v.17, p.94-107, 2016.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Sobre outras práticas de conhecimento A natureza em pessoa: In: Encontro "Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro"**. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus. 22 a 25 de maio de 2015.
- FRANK, Erwin H.; CIRINO, Carlos Alberto. **Desterritorialização e Reterritorialização dos Indígenas de Roraima: Uma Revisão Crítica**. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrosio, MELO, Valdir Ferreira (org.). Roraima: Homem, Ambiente e Ecologia. Boa Vista: FEMACT, 2016.
- FREITAS, D. B. A. P. **Escola Makuxi: identidade em construção**. 2003. 234 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/Unicamp. Campinas-SP, 2019.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Demarcação e aumento da população indígena em Roraima**. Brasil, 2014.

Gadiel Iray Wai Wai, Ricarda Patrícia Cavalcante de Souza, Cleberson Eller Loose, Eliseu Adilson Sandri– **Plano Territorial Saudável e Sustentável na Terra Indígena Araçá - RR**

---

- FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Apresentação dos produtos de Buriti da Terra Indígena Araçá – Roraima**, 2014.
- GONDIM, G. M. de M. et al. **O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização**. In: BARCELLOS, C. et al (org.). Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico da população Brasileira**. Brasília, 2010.
- ISA. Instituto Socioambiental. **Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região / [organização Ciro Campos]**. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.
- ISA. Instituto Socioambiental. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002. **Quadro de demarcação de Aldeias Indígenas. Aconteceu - Povos Indígenas do Brasil/CEDI 1983**. Retirado da Enciclopédia Povos Indígenas do Brasil – Instituto Socioambiental (ISA). Acessado em janeiro de 2018.
- LIMA, L. P. N. S. **“ILHADOS” Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium**. 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, especialista em estudos comparados sobre as Américas) Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2013.
- LISBOA, J. F. **CADÊMICOS INDÍGENAS EM RORAIMA E A CONSTRUÇÃO DA INTERCULTURALIDADE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE: entre a formação e a transformação**, 2018.
- MACÊDO, Jeferson Luis Vasconcelos de. **Cultivo de fruteiras em sistemas agroflorestais**. In: **I ENCONTRO DE FRUTAS NATIVAS DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL - Frutas Nativas: novos sabores para o mundo**. Tópico temático. São Luís: EMBRAPA, 2015.
- MAGALHAES, R. **Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, supl. p. S121-S137, 2020.
- MATOS, Maristela Bortolon de. **As Culturas Indígenas e a Gestão das Escolas da comunidade Guariba, RR: UMA ETNOGRAFIA**. Roraima, 2017.
- MONKEN, M. **Contexto, território e processo de territorialização de informações: desenvolvendo estratégias pedagógicas para a educação profissional em saúde**. In: BARCELLOS, C. (org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: Abrasco/Icict/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2019.
- OLIVEIRA, R. C. **Reconsiderando etnia**. *Sociedade e Cultura*, V. 6, n. 2, jul./dez. Artigo Científico, 2015.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Estado de Roraima, 2016.
- OLIVEIRA, E. C.; VERDU, F. C.; REINERT, M.; **Sustentabilidade por meio do comércio justo: o caso de uma cooperativa que produz artesanato em seda**. *Organizações e Sustentabilidade*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 114-149, jul./dez. 2018.
- PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. *Estudos Avançados*. São Paulo. USP, v. 24, n.68. p.81-101. 2018.
- PEDREIRA, Jessica Livio et al. **Produção de alimentos e conservação de recursos naturais na Terra Indígena Araçá, Roraima**. In: HAVERROTH, Moacir (Org). *Etnobiologia e Saúde de Povos Indígenas*. Roraima: editora NUPEEA, 2013.
- PEREZ, Inayê Uliana. **Elementos para o diagnóstico sócio-ambiental da Terra Indígena Araçá/RR: uma experiência junto ao projeto Wazaka'yé-Guyagrofor**. Graduação (Faculdade Estadual Paulista) Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente, 2014.
- RIBEIRO, Cassiano. **ILPF: variações possíveis e rentáveis - descubra outras formas de integrar a produção além dos modelos tradicionais**. *Revista Globo Rural*, Rio de Janeiro, set. 2017.
- ROCHA, N. C.; DORIA, N. G.; BOIA, J. M.; BÓGUS, C. M. **Organização e dinâmica do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2018.
- SANTILLI. **Ocupação Territorial Macuxi na Terra Indígena Araçá. Aspectos Históricos e Políticos**. Roraima, 2009.

- SANTOS, Roseli Bernardo Silva Dos. **Processo de Identidade dos Indígenas Trabalhadores da Construção Civil na Cidade de Boa Vista/RR**. Roraima, 2014.
- SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Cultura política e relação intercultural: indígena e não indígenas na história de Roraima**. In: Amazônia: espaço, cultura e visões de mundo. Roraima: Editora UFRR, 2015.
- SESAI. Serviço Especial de Saúde Indígena. **Atuação das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) em Comunidades Indígenas**. Brasília, 2021.
- SILVA. L. C. J. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol. As Estratégias das Ong's Indígenas no Setentrão Brasileiro**. Roraima, 2011.
- SILVA, G. S. **Agroatividade Wapixana na comunidade indígena Canaunim: avanços e ajustes em contato com outras culturas (1960-2010)**. 2020.
- SOARES, Jhozenias Souza; BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. **A pecuária nas comunidades indígenas de Roraima: questões ambientais**. SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DE RORAIMA XI, 2017, Boa Vista, Anais, Boa Vista: UERR, 2017.
- SNAIDER. H. **Maga Geopolítico de Terras Indígenas de Roraima. Terra Indígena Araçá**. Instituto Insikiran da UFRR. Boa Vista, 2022.
- SOUZA, Jorge Manuel Costa e. **Etnias Indígenas das Savanas de Roraima: Processo Histórico de Ocupação e Manutenção Ambiental**. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrosio, XAUD, Haron Abrhim Magalhães. SOUZA, Jorge Manoel Costa e. (eds.). Savanas de Roraima: Etnoecologia, Biodiversidade e Potencialidades Agrossilvipastoris. FEMACT, Boa Vista - Roraima, 2017.
- TEMPESTA, G. A. **A produção continuada dos corpos. Práticas de resguardo entre os Wapichana e os Macuxi em Roraima**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. **Sustentabilidade e Culturas Indígenas da Amazônia**. f. 252 Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE - Recife 2017.